

PVP: 20 €
ISSN 0873-4372
ISBN 978-003-17-4372-5

O DIREITO

O DIREITO

DIRETOR: JORGE MIRANDA

ANO
149.º
2017
IV

FUNDADORES

António Alves da Fonseca, José Luciano de Castro

ANTIGOS DIRETORES

José Luciano de Castro, António Baptista de Sousa (Visconde de Carnaxide),
Fernando Martins de Carvalho, Marcello Caetano, Inocêncio Galvão Telles

Em 2017 passam cento e cinquenta anos sobre a abolição da pena de morte nos crimes civis e sobre o primeiro Código Civil e quarenta anos sobre a revisão do atual Código para estabelecer a igualdade na família.

Se, já em 1852 fora abolida a pena de morte nos crimes políticos, de muito maior significado viria a ser a abolição nos crimes comuns, como expressão do valor que a comunidade portuguesa atribui à vida humana e como exemplo para todos os outros países.

Nunca é demais enaltecer o lugar do Código de 1867, do Código de Seabra, na nossa cultura jurídica. E, entre outros pontos a realçar, citem-se a afirmação da personalidade jurídica no artigo 1º, a invocação do Direito natural no artigo 16º e a enumeração dos direitos originários nos artigos 359º e seguintes.

O artigo 36º da Constituição de 1976 prescreveu a igualdade de direitos e deveres dos cônjuges quanto à capacidade civil e à manutenção e à educação dos filhos e proibiu discriminações entre os filhos nascidos dentro e fora do casamento. Não foi só para lhe dar cumprimento, embora sobretudo para isso, que se fez a reforma de 1977 do Código de 1966.

O *Direito* não poderia deixar de assinalar estas datas.

2017
IV

DOCTRINA

Francisco Aguilár, *Ensaio sobre o Direito penal da família*

Hidemberg Alves da Frota, *Os direitos fundamentais das minorias sexuais e de gênero: análise de viradas paradigmáticas no panorama jurídico da Índia, Paquistão e Nepal*

Efigénia Marabuto Tavares, *A (in)exigência da celebração de um acordo sobre a liquidação/partilha do património comum em sede de divórcio por mútuo consentimento – uma análise comparativa*

Fábio Nave Moreira, *A supressão do direito ao dividendo prioritário atinente às ações preferenciais sem voto*

José Miguel Vitorino, *A conferência procedimental: estudo do regime e análise dos seus problemas*

Arnaldo de Lima Borges Neto, *Cartas de conforto: estado das questões numa perspectiva luso-brasileira*

Miguel Alexandre Duarte Santos, *O beneficiário nas operações de pagamento de transferência escritural de fundos*

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

Declaração de património e rendimentos de titulares de cargos públicos e administradores da Caixa Geral de Depósitos

Acórdão do Tribunal Constitucional / Plenário, nº 32/2017, de 1 de fevereiro
Anotação por Jorge Miranda

RECENSÃO

Rui Marques, *Estudios de Derecho Fiscal Romano*, de Alfonso Agudo Ruiz, Universidade de La Rioja, Dykinson, S. L., Madrid, 2016



GRUPOALMEDINA

ALMEDINA



ALMEDINA